

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 502.376 - SP (2019/0094809-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASSIANO FERNANDES PINTO DE CARVALHO - SP330412
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JHONY GOMES JARME DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. MINORANTE DO § 4.º DO ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. AFASTAMENTO. FUNDAMENTO INIDÔNEO. APLICAÇÃO DO REDUTOR. PENA REDIMENSIONADA. REGIME PRISIONAL. DESVALOR ATRIBUÍDO À QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. POSSIBILIDADE. PENA INFERIOR A 4 ANOS E PRIMARIEDADE. ADEQUAÇÃO PARA O REGIME INTERMEDIÁRIO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Conforme entendimento desta Corte Superior, a natureza e a quantidade da droga, por si sós, podem não ser suficientes para o afastamento da causa de diminuição prevista no § 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/06.

2. A quantidade e a variedade dos entorpecentes apreendidos (22,8 gramas de crack, 157,9 gramas de cocaína e 33,7 gramas de maconha), embora não sejam desprezíveis, não são aptas a afastar a minorante. Podem também ser sopesadas para a escolha da fração redutora.

3. *Habeas corpus* parcialmente concedido para reduzir as penas do Paciente ao patamar de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto, e pagamento de 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, prosseguindo no julgamento, após o voto vista do Sr. Ministro Nefi Cordeiro denegando a ordem, no que foi acompanhado pelo Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz, por maioria, conceder parcialmente a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Votaram vencidos os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro (voto-vista).

Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

